

"Para que os entendimentos avancem alguém tem de ceder"

por Paulo Sotero
de Washington

O otimismo e o bom-humor que o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, procurou demonstrar publicamente a respeito das chances de alcançar rapidamente um entendimento com os credores privados contrastou bastante com o que ocorreu nos dois primeiros dias de conversas com os executivos dos bancos. "Nós estamos ainda para ver a flexibilidade que o governo anunciou que adotaria na negociação. Milliet, tem-se mostrado mal-humorado e o resultado é que os encontros estão tendo um comparecimento leve e de baixo nível de representação por parte dos bancos", afirmou um banqueiro. Embora oficialmente o comitê tenha procurado reforçar a impressão de que se as negociações estão avançando, fontes financeiras bem informadas disseram que não é isso o que está ocorrendo.

"Para que os entendimentos possam avançar, alguém vai ter de ceder, em Brasília ou em Washington", afirmou um executivo, aludindo à possibilidade, que é negada oficialmente nas duas capitais, de

o Tesouro norte-americano vir a conceder um empréstimo-ponte que permita ao Brasil retomar os pagamentos dos juros aos bancos no primeiro semestre deste ano, até que o acordo que o governo está buscando com os bancos entre em vigor. Segundo a fonte, o presidente do Banco Central aludiu de forma genérica à questão da retomada de pagamentos dos juros na reunião que teve com os bancos na segunda-feira. Milliet limitou-se a dizer, porém, que o governo brasileiro estava "trabalhando numa solução" do problema, sem fornecer detalhes.

Os credores estão supondo que a solução, seja qual for, terá de ser apresentada nos próximos dois dias, pois na próxima sexta-feira esgota-se o prazo de vigência do "entendimento preliminar" de normalização das relações do Brasil com seus credores, negociado em outubro último e que regerá não apenas o empréstimo-ponte de US\$ 3 bilhões que os bancos concederam ao País, para pagamento de dois terços dos juros vencidos no ano passado, como a própria busca, agora, de um novo acordo. Para ser prorrogado o

entendimento necessita do apoio de um grupo de bancos que, somados, detêm pelo menos 50% dos empréstimos dos credores privados no Brasil.

ESTRATEGIA

Ontem pela manhã, a subcomissão econômica do comitê de bancos discutiu com os representantes apresentados pelo governo brasileiro. Na sessão da tarde os temas dominantes foram os esquemas de conversão da dívida e de reempréstimos, que já haviam sido tratados por subcomissões formadas na semana passada. Os representantes brasileiros têm acenado com concessões em relação a estes dois tópicos. Mas não no que diz respeito à demanda de "dinheiro novo". Ainda que evitando ligar o pedido de novos empréstimos aos bancos a qualquer porcentagem específica de refinanciamento de juros, a proposta que Milliet apresentou aos bancos é idêntica à que o ex-negociador da dívida, Fernando Bracher, trouxe em dezembro.

Na segunda-feira, o governo pleiteou um empréstimo de US\$ 3,4 bilhões para refinarciar, a prazos mais longos, o empréstimo-ponte de US\$ 3 bilhões que

obteve dos credores, mais US\$ 3,7 bilhões para 1988. Segundo fontes financeiras, o presidente do BC não mencionou quantias específicas para 1989. Entre os bancos, acredita-se, contudo, que se houver um acordo ele englobará também pelo menos uma parte — talvez todo o primeiro semestre — do ano que vem. Em dezembro, o Brasil solicitará US\$ 4,4 bilhões para 1989.

"O problema é, quando esses números foram apresentados, eles estavam baseados em projeções de crescimento econômico que já foram revisadas para baixo e estimativas de saldo comercial que foram alteradas para cima", disse um banqueiro. "Logicamente, isso reduz as necessidades de financiamento. Mas o governo brasileiro não parece disposto a levar isso em conta e continua a insistir em números que representam 60% da conta de juros de cada ano". Uma fonte categorizada do governo brasileiro disse a este jornal, no entanto, que "os números são negociáveis", indicando que a estratégia de pedir empréstimos equivalentes a uma porcentagem da conta de juros seria abandonada.